

42º Encontro Anual da Anpocs

GT35 – Violência, punição e desvio: reflexões e investigações empíricas

Título: A "guerra das facções" no Ceará (2013-2018): socialidade armada e disposição viril para matar ou morrer.

Autor: Leonardo Damasceno de Sá

Coautora: Jania Perla Diógenes de Aquino

Em 2013, os protestos em todo o Brasil que ficaram conhecidos como *Jornadas de Junho* reuniram mais de 30 mil manifestantes, segundo a polícia militar, no entorno da Arena Castelão, precisamente, em 19 de junho, no dia do jogo do Brasil com o México pela Copa das Federações.¹ Segundo os movimentos sociais, foram aproximadamente 70 mil pessoas. As tropas de cavalaria e do batalhão de choque da Polícia Militar do Ceará reprimiram com “energia”, como costumam dizer os policiais militares, a manifestação. Repetiu-se o cenário de guerra de rua, que se espalhava por outras capitais do país. Durante os confrontos com a PM, os meninos e os rapazes das favelas dos arredores do estádio assumiram um protagonismo inusitado. Enfrentaram de modo aguerrido os policiais, com pedras, e o que mais pudesse ser arremessado contra as tropas, num tipo de intifada à cearense. Colocaram a polícia para correr, como afirmaram as falas orgulhosas das militâncias.

As militâncias partidárias e não partidárias das classes letradas, da esquerda universitária, das classes falantes, dos movimentos organizados, se dividiram. Uma parte ficou encantada com a disposição de luta dos meninos e rapazes. Eram verdadeiros combatentes. Sabiam como ninguém enfrentar a polícia em situação de confronto nas ruas e vielas das favelas. Outra entrou no clima do “sem violência” e ajudou, direta ou indiretamente, a criminalizar esses protagonistas populares inesperados na cena política do protesto, ou seja, que entraram sem pedir licença numa manifestação organizada a partir dos campi, dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais. Os militantes “libertários” e “anarquistas” foram os que mais simpatizaram com a intervenção inusitada dos “vetim”, em um contexto de criminalização de lutas políticas de rua.²

¹ Consultar, dentre outras fontes, essa reportagem da BBC, que resume de um modo geral os acontecimentos do confronto

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130619_protestos_fortaleza_jp_rw, acessado em 20 de setembro de 2018.

² “Vetim” é uma nomeação a partir de uma corruptela do diminutivo do vocábulo “pivete”, como ficaram nomeados pelas militâncias das esquerdas simpáticas a eles, mas já havia aí uma reapropriação do termo. De um lado, houve uma romantização dos “vetim”, como guerreiros e corajosos no enfrentamento da polícia. De outro, houve a criminalização dos “vetim” por parte de esquerdas partidárias que não queriam ser confundidas com ações violentas desses rapazes da favela. Esses posicionamentos viraram tema de um intenso embate político entre militâncias universitárias de esquerda, representadas pelos dois polos do debate: “com barricadas” ou “sem violência”. É importante lembrar que os próprios “vetim” já se automeavam assim, antes de serem festejados por parte dos manifestantes que viram neles emergência de revolta popular. De fato, enfrentaram de modo aguerrido as tropas de choque da PM e se notabilizaram pela coragem e pelo destemor nesse enfrentamento. Outro fato pouco discutido, foram duramente punidos pelos policiais por terem realizado tal participação no protesto, há notícias de torturas, prisões ilegais e espancamentos corretivos aplicados contra os “vetim” durante e após os confrontos. O que quase ninguém observou foi que os “vetim” estavam há meses sem fio

Nos meses que antecederam os jogos da Copa das Federações no Arena Castelão em Fortaleza, os policiais civis e militares do entorno do estádio não tiveram descanso.³ A batalha foi dura para traficantes e policiais, mas, sobretudo, para os moradores das favelas. Todos os atores, e, também, a imprensa, nos relataram que houve uma guerra violenta pelo controle das favelas, comunidades e bairros populares daquele espaço urbano metropolitano. Uma guerra de conquista de posições armadas para garantir o domínio sobre os fluxos dos mercados ilícitos de drogas durante os grandes eventos que se aproximavam. Mercados de futuros, já que a Copa das Federações e os outros próximos grandes eventos não tinham ainda começado, o que mostra o caráter antecipatório e providente da inteligência dos coletivos criminais quanto às suas possibilidades de lucro. Isso gerou algumas dezenas de assassinatos, uns 70 homicídios intencionais, segundo os cálculos de campo dos autores, muito imprecisos, pois numa contagem feita apenas a partir dos casos conhecidos, mas que foi corrigido por alguns policiais civis da área, nossos interlocutores, que nos apontaram um número próximo a 120 indivíduos exterminados em menos de três meses (março, abril e maio de 2013). Parece que erramos para menos.

Enfim, seriam variadas as possibilidades de realizar o enquadramento socio-histórico do problema em tela: o da presença das facções do Sudeste no Ceará. Escolhemos 2013, pois nos parece uma interpretação razoável para a dupla escalada da violência entre facções inimigas e as forças policiais, que resultou em um cenário de forte acúmulo de violência letal dos anos de 2017-2018, quando a paz que foi orquestrada e celebrada nas quebradas de Fortaleza, em janeiro de 2016, entre CV e PCC, repercutindo com especificidades locais os movimentos do contexto nacional,

mergulhados em um contexto da mais violenta guerra de extermínio em seus bairros, sendo pressionados para aderir a um novo jogo de poder, o jogo das guerras das novas facções, o que não quer dizer que fossem todos de facções ou que estivessem lá como membros de facções. Consultar a monografia de conclusão de curso de graduação de Mateus Brandão Maciel (2017). Ele foi orientando por um de nós, Leonardo Sá, e fez um relato significativo desses acontecimentos.

³ Estamos usando o recorte de 2013 a 2018 neste artigo. Mas o recorte poderia ser outro, poderia ser muito mais recuado, inclusive, remontando às relações entre certos integrantes do CV e certos segmentos criminais do Ceará nas décadas de 1980-1990 ou até mesmo entre ladrões que viriam a compor o PCC, atuando no Ceará em assaltos a banco, antes mesmo do PCC começar a existir. A figura do assaltante Carioca, que foi líder da rebelião de 1995 no IPPSS no Ceará, que era cearense, com experiência no Sudeste, e que recentemente, mais de 20 anos depois da rebelião, foi preso na Grande Fortaleza, comandando uma ação militar do PCC para liberar presos em uma Casa de Custódia, é exemplar sobre isso. Há muitos nordestinos em coletivos criminais do Sudeste, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. E há o retorno deles para o Nordeste, o que mereceria um estudo específico.

virou apenas uma lembrança de um semestre que marcou um ano relativamente diferente para as periferias brasileiras, aquele que foi de janeiro a agosto de 2016, o semestre da pacificação (BARROS et al. 2018), que foi antecedido por um crescimento de homicídios intencionais contra jovens (BARROS; BENÍCIO, 2017).

No caso do Ceará, foi praticamente todo o ano de 2016, funcionando sob o efeito dessa pacificação do crime celebrada em janeiro de 2016, pois somente a partir de janeiro de 2017 é que a guerra aberta se torna uma série de eventos de violência extrema fora, nas ruas e nas quebradas, e dentro do sistema, nas prisões, também repercutindo um cenário nacional de guerra aberta após a ruptura de CV e PCC em agosto de 2016.⁴ Para conectar o contexto nacional da expansão do PCC, a ruptura de PCC e CV e as consequências disso, estamos nos baseando em Feltran (2018) e Manso e Dias (2018). Contudo, como eles próprios reconhecem, há ainda muitas especificidades da expansão do PCC e do CV no Nordeste que merecem pesquisas mais aprofundadas. Este texto é o início de uma tarefa intelectual que também está sendo realizada por vários outros colegas.⁵

A pessoa guerreira, a masculinidade e as armas

João é um educador social, morador de uma favela que está sob controle relativo da facção Guardiães do Estado – GDE, mas sofrendo ataques de fora e a partir de grupos armados de dentro da quebrada que são ligados ao Comando Vermelho – CV. Até 2016, havia uma segmentação das guerras entre os “comandos”, que também eram

⁴ Interessante lembrar que de 2006 a 2016, o número de mortes violentas no Ceará dobrou. <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/numero-de-homicidios-no-ceara-dobra-em-10-anos-diz-atlas-da-violencia.ghtml>, acessado em 20 de setembro de 2018. Houve um crescimento de 86,3% de homicídios em dez anos (2006-2016), ficando como o quarto estado da região Nordeste com maior taxa, atrás apenas de Rio Grande do Norte, Maranhão e Bahia, <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/06/taxa-de-homicidio-no-ceara-cresceu-86-3-em-10-anos.html>, acessado em 20 de setembro de 2018. A guerra das facções também tem gerado um sentimento de insegurança devido a uma quantidade considerável de famílias que vêm sendo expulsas das “quebradas”. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/politica/1521569179_197468.html, acessado em 20 de setembro de 2018.

⁵Do nosso ponto de vista, desde 1990, pelo menos, o que ocorre no Ceará em termos de criminalidade violenta não pode ser compreendido, ignorando os modos como criminosos regionais se relacionavam com os mundos do crime em São Paulo e no Rio de Janeiro. As produções de colegas Brasil afora são fundamentais para nossa própria interpretação do que se passa nas quebradas cearenses. É importante nos darmos conta de que estamos lidando com uma rede de relações expansiva com diversas conexões locais que produzem a expansividade da rede (o espaço empírico das diversas prisões e quebradas do Brasil). Não há universos isolados e estanques nesse debate. O ensaio bibliográfico de Aquino e Hirata (2017) é bem representativo do tipo de esforço de integração da literatura pertinente às etnografias do crime.

chamados, dependendo do contexto, pelos seus próprios integrantes, como “facções” e “ganguês”. Esses comandos, facções e gangues não desapareceram, mas foram reordenados em janeiro de 2016 por um processo de pacificação do crime, que havia permitido uma convivência baseada na suspensão da “cobrança” armada contra os “furos” dos inimigos. Antes de 2016, a favela onde mora e atua João estava numa situação considerada dramática, os confrontos entre as mais de seis gangues que compunham os três comandos principais, somando, ao todo, uns 300 homens e rapazes armados, tinham se tornado “rua a rua”, “casa a casa”. Os moradores estavam desesperados, pois nunca antes os tiroteios constantes, cotidianos, quase diários, tinham ficado espacialmente tão difusos e desordenados. As antigas “fronteiras de guerra” que demarcavam três áreas socioespaciais reconhecidas por todos como sendo “de guerra” haviam se expandido para toda a comunidade e os marcos espaciais que eram referência para o morador ir e vir, evitando, se pudesse, tais lugares abertos de guerra, não funcionavam mais como antes. Por isso, a pacificação como acontecimento foi celebrada com uma sensação generalizada de alívio por quase todo mundo com quem podemos conversar (moradores em geral).

João é “nascido e criado” na favela, nunca foi “envolvido”, nunca foi “do crime”, desde cedo ele se tornou um cristão missionário, impulsionado pelo fato de seus melhores amigos de infância e de adolescência terem quase todos sido mortos nas tretas entre as gangues. Ele conhece essa realidade de muito perto. Ele é uma referência para gerações de meninos e rapazes numa área marcada por imputações de violência, criminalidade e prostituição, respeitado na “quebrada” pelo trabalho que realiza há três décadas num projeto social “missionário” (presbiteriano), ligado aos surfistas de Cristo, a fim de tirar os meninos e os rapazes da linha de fogo das tretas.

Esse sujeito que perdeu quase todos os amigos e colegas, e continua perdendo “alunos” do projeto, nessas guerras que envolviam os “envolvidos” em tretas entre comandos, facções e gangues, certa vez nos relatou que “a pessoa guerreira” não é necessariamente a que está com a arma na mão. Por vezes, o “cara” com a arma na mão não é o guerreiro da favela. A pessoa guerreira não era necessariamente um integrante de um comando armado militar de uma facção. A pessoa guerreira era o sobrevivente, o ex-envolvido ou o que nunca se envolveu com “o crime”. Era o morador da favela que usava da astúcia, da inteligência, da consciência “crítica” e da espiritualidade cristã para escapar das armadilhas do “sistema” (o referente aqui são os grã-finos, o sistema dos bacanas, mas pode mudar na conversa para outro referente, o da prisão ou da justiça

criminal como um todo etc.). Segundo ele enfatizou, eram as mães dos rapazes que morriam que as verdadeiras guerreiras da favela. Os rapazes não se tocavam disso ou demoravam a perceber isso. Por isso, as relações de gênero nos parecem centrais para se pensar o problema das conexões entre estado, crime e exercício do poder, seguindo as trilhas abertas sobre isso por Adriana Vianna (2015; 2014), Adriana Vianna e Laura Lowenkron (2017), Adriana Vianna e Juliana Farias (2011) e Patricia Birman (2015). Em especial, a questão da destruição do vínculo do parentesco, que é o alvo das políticas de extermínio, atinge o coração da relação mãe-filho na quebrada. É essa relação que parece ser desautorizada pelas guerras entre as facções e das facções com a polícia.

Um dos rapazes que foi ex-envolvido e que foi “resgatado” do crime pela igreja onde João atuava nos contou que muita coisa havia mudado na mentalidade dele quando se deu conta que a mãe dele era a favela. E aí nesse ponto a relação entre o jovem e sua mãe, de um lado, se conecta com a questão central dos pertencimentos religiosos, tanto dos envolvidos como dos convertidos e nesse ponto seguimos sob a influência dos trabalhos de Patricia Birman (2009;2012), Patricia Birman e Carly Machado (2012), Carly Machado (2014; 2015; 2017) e Cesar Teixeira (2011;2015). O rapaz resgatado, ele nos dizia que a favela estava em toda parte da cidade, até nas casas dos grã-finos, pois a mãe dele fazia faxina em todo canto. Onde ela estava, a favela estava junto. A favela era a pessoa da mulher guerreira da favela. Essa compreensão tinha alterado o modo dele se enxergar como um supermacho nas lutas entre as facções, nas quais, diga-se de passagem, ele foi um temido matador e exímio no manejo de armas de fogo. Ele ficou famoso por usar armas artesanais, criadas por ele mesmo, com as quais fazia frente a inimigos de uma facção mais bem provida que dispunha de pistolas automáticas lá pelos idos de 2002-2005.

Já outro de nossos interlocutores, morador da mesma favela à beira-mar, na cidade de Fortaleza, um sobrevivente das guerras dos anos 2006-2008, nos explicou que tinha sido nascido na quebrada e, igualmente, tinha sido criado como uma “criança maquinada”. Detalhou que o corpo se torna armado antes de ter uma arma na mão. Que quando uma arma de fogo foi posta em sua mão pela primeira vez, quando tinha de 8 para 9 anos, o corpo dele já estava moldado, já era um corpo armado. Tinha sido curtido, treinado, destinado, inclusive pelo “brincar de peia”, quando as crianças lutam entre si sob o olhar de adultos para aprender a bater e a se defender. Brincar de brigar. Brincar de lutar e de guerrear. Ou seja, a pessoa armada não precisava também estar

com a arma de fogo na mão para ser considerada uma pessoa maquinada. O guerreiro e o maquinado fariam parte do universo de socialidade que tornam possível a agência das armas. Os agenciamentos armados concretos, em situações de interação na qual os indivíduos estão literalmente com a arma na mão, são antecipados ou produzidos de modo coextensivo aos corpos guerreiros e maquinados, que são eles próprios performados como armas, como máquinas de luta, de guerra e de sobrevivência. Tudo se passa como se as guerras entre gangues nas ruas e nas prisões, envolvendo os conflitos e as regras do mundão estivessem ameaçando qualquer estabilidade desejada pelos atores sociais envolvidos. Neste ponto, os trabalhos de Vieira (2011;2014) e Zilli (2011; 2015) são bastante relevantes para explicitar essa dificuldade de realizar unificações ou totalizações no universo das práticas de violência nos mundos das facções, em sentido amplo, partindo de que ponto for, pois há sérias inconsistências que nascem da repelência dos coletivos criminais espalhados quanto a processos de açambarcamento por parte de um agente criminal ou estatal. A guerra das gangues, que também se chamam nos anos 2000 de facções e comandos, é uma realidade persistente. Inclusive, nas bases de formação do PCC, que teve de lidar com a época das guerras nas favelas para elaborar uma nova ética e uma nova política do crime, como discute Feltran (2018), mostrando que, em última instância, essa percepção de que o mundo é uma guerra se mostra um elemento existencial incômodo para todas as práticas que buscam alguma perspectiva de paz entre criminosos.

Da década de 1990 para os anos 2000, pode-se afirmar que quando corpos guerreiros e maquinados se encontram em contextos de violência armada, com acessos naturalizados às armas de fogo, o que antes terminava “no tapa”, termina em tiroteio atroz, como nos contou outro interlocutor que vivenciou os dois momentos. Em São Paulo, a década de 1990 já foi das guerras e das armas, como aponta Feltran. Em Fortaleza, no mesmo período, a linguagem das quebradas paulistas passou a ser uma importante referência para os quadros da experiência das periferias, bem como também da linguagem bélica dos comandos cariocas. Mas as armas eram poucas. Apenas em meados dos anos 2000 é que as gangues, galeras, comandos, facções e outros coletivos passaram a fazer uso mais sistemático de armas de fogo.

Ou seja, quando, em Fortaleza, a arma era mais escassa do que hoje, só um ou dois da “gangue” dispunha de uma, por vezes, havia “a” arma da gangue, como também na favela havia a arma da casa, compartilhada por toda uma rede de parentes (homens). Uma única. Um revólver três-oitão bem sambado, bem rodado. Para o momento que a

arma se torna abundante, quase contrariando o princípio econômico de prevalência da escassez de bens como condição da competição. Claro que, no fundo, a arma não deixa de ser um bem escasso, mas comparando as duas cenas fica parecendo que há um excedente de armas no mercado da morte, o que nos faz lembrar das reflexões de Barbosa (2001a; 2001b) sobre as armas do crime e a segmentaridade na labuta do tráfico no Rio.

Ao se falar de disposição viril para matar ou morrer e de socialidade armada no subtítulo deste texto, buscava-se justamente ressaltar essa dimensão da socialidade guerreira que envolve a produção subjetiva de masculinidades em coletivos forjados na lógica da guerra. As pesquisas de Vieira e Zilli supracitadas são bem sugestivas sobre isso. Mas algumas considerações se fazem necessárias a partir de nosso campo. Em primeiro lugar, há a ideia de que meninos e rapazes das classes populares sentem orgulho, numa perspectiva de transmissão intergeracional, de homem para homem, aprendem a sentir orgulho, melhor dizendo, de sua força de trabalho e de combate. Em segundo lugar, a socialidade guerreira não é redutível à socialidade militar. Então, a socialidade armada nem sempre está capturada pela máquina militar, que envolve a captura da função guerreira pela organização que converte o guerreiro em soldado. Em terceiro lugar, a disposição para matar ou morrer envolve dimensões simbólicas e imaginárias, além de fantasias de grupo, que são decisivas para se pensar as facções criminais como mundos socioculturais em confronto com “o sistema” (o Estado, a desigualdade ricos e pobres, as prisões, as favelas e os bairros nobres, os playboy que são bacanas e os playboy da favela). A lógica do sobrevivente, que está “vivão e vivendo”, é fundamental para essa apreciação crítica da vida social daqueles que estão na condição de eliminável desde “o nascimento”.

O universo sociocultural de redes de indivíduos classificados, inclusive por si próprios, como fazendo parte “do crime”, é bastante fluido e multifacetado. Por vezes, a tentativa de etiquetar o campo das práticas criminais pela caracterização das “facções criminosas” como se fossem grupos corporados esconde essa complexidade. Os trabalhos de Marques (2010) e Biondi (2010; 2018) são muito importantes para realizar essas desconstruções. Os indivíduos “do crime” são, em geral, obcecados pela questão das regras do mundão, pois o mundão é um universo que se impõe como um lugar do proceder, da compreensão prática das regras que sugerem que correr lado a lado, sem querer falar mais alto, é um princípio a ser incorporado.

Se para o observador externo, eles e elas, os que se dizem “do crime”, são desviantes contumazes e "perversos" das regras em um sentido jurídico, entre eles e elas, a percepção mais comum é a de que são fortemente constrangidos pelas normas de convívio e incitados pelas regras que preconizam relações entre irmãos como a base do proceder (FELTRAN, 2018). Isso não é válido apenas para o PCC. Contudo, o PCC se tornou um ator coletivo que se especializou em questões éticas e práticas de conhecimento sobre os paradoxos do mundão. É inovador, mas lida com questões que existem há mais tempo e que são bem mais abrangentes do que sua experiência histórica recente. E sabem disso.

Regras consideradas duras e implacáveis são as do mundão (SÁ, 2010). O mundão entendido como o universo da droga, da prostituição, dos assaltos, do tráfico, mas também da diversão da vida criminal nomeada de "babilônia". Fortaleza, por exemplo, com seus circuitos de turismo e lazer é uma zona permanente dessa “babilônia”, na qual moças e rapazes da favela podem estar em contato permanente com fluxos de pessoas e coisas do mundo todo. É extremamente incerto excluir desse universo sociocultural criminal ou que margeia o criminal o propósito do divertimento, da festa, da "curtição", a festa precisa ser pensada como algo intrinsecamente ligado à experiência do crime, à socialidade criminal das gangues, dos comandos, das facções e também dos empreendedores criminais avulsos, que são ainda muitos, como alerta Feltran (2018). Seria impossível compreender as facções sem as festas do crime. Sem a ideia de que a vida perigosa, violenta, brutal, que prevalece no mundo do crime é também uma festa. Uma festa muitas vezes elaborada nos interstícios da guerra. Uma festa na própria socialidade da guerra. Comemora-se a morte do inimigo. O trabalho de Carolina Grillo (2013) é uma das melhores etnografias por mostrar essa relação complexa entre guerra, gênero e festa. Mesmo com a resistência da autora em adentrar numa discussão mais especializada da questão de gênero, pois possui outros interesses etnográficos e outras ênfases intelectuais não menos importantes.

Dito isto, pode-se afirmar que o universo das facções é um universo obcecado com etiquetas, cerimoniais e boas maneiras, o que funciona como um tipo de background cultural para a questão ética do "proceder". O proceder já aparece como uma ênfase referente aos processos de constituição das redes de poder e dos critérios de interação simbólica no mundo da vida errada, que, apesar de errada, busca correr pelo lado certo da vida errada. Por exemplo, quando um bichão da favela, que se tornou um "dos caras" do GDE, um “cara” que manda "na área", pois ascendeu como "cabeça" da

referida facção na favela, faz uma festa de réveillon, contratando um buffet, servindo tudo do bom e do melhor, em mesas dispostas nos becos, com toalhas de linho branco, champanhe e lagosta, como nos clubes náuticos da alta burguesia, gerando uma adesão alegre e efusiva de parte considerável dos moradores da favela, fica estampado na sua figura subjetiva que "o crime" também possui uma assinatura na coluna social da periferia. É um sujeito que se torna considerado, respeitado. Um tipo que não se esqueceu da dificuldade em que vive a maioria dos seus vizinhos na favela.

Ademais, a possibilidade de levar a família num restaurante de "bacanas", pagar à vista, em dinheiro vivo, por uma dúzia de parentes consumindo iguarias como se fosse pela primeira e última vez, com avidez, com desejo de banquetear-se, percebe-se o orgulho do provedor, apenas sendo contrariado pela sensação desconfiada dele por estar sendo observado com olhar de espanto ou reprovação pelas outras mesas e, talvez, por algum dos garçons. São comuns tais cenas em restaurantes de uma cidade turística. Por isso, as elites das camadas altas e médias altas tentam criar ambientes de sociabilidade que não sejam "misturados". Todavia, se tornou uma tarefa difícil. Basta ver o caso de Gegê do Mangue e de outros integrantes do PCC que vieram morar em Fortaleza, vivendo em condomínios de alto luxo e frequentando as rodas dos endinheirados. O próprio Gegê foi assassinado numa das regiões da grande Fortaleza que mais concentram investimentos imobiliários de membros das facções cearenses e do restante do país.

Essas incursões pelos circuitos de sociabilidade do consumo das camadas médias altas fazem parte do sonho do bichão da favela. Por isso, pode-se afirmar que o bichão da favela não sai totalmente de cena no novo contexto. O desejo do playboy é muito intenso e persistente. A busca do "progresso" das famílias, como discute Feltran (2018) em relação ao PCC é uma questão central. A ideia também de ir para as boates dos bacanas, que gera desconforto pois os rapazes negros, com marcas periféricas no corpo, apesar dos panos caros, pois as marcas são o estilo da quebrada, costumam ser rechaçados e reprovados pelos outros frequentadores dos lugares, os autorizados, os estabelecidos, o que gera bastante ressentimento por parte dos rapazes do crime. Em contrapartida, nas festas promovidas por eles na favela, eles são o rei da situação. Essa sensação de ser o centro das atenções, de ser "o cara" admirado, que todos invejam, é um sentimento muito querido por alguns, que se tornam festeiros e vivem acompanhados de seus entourages em festas de lambança, que podem ser caracterizadas como "se um dia fui pobre, esqueci".

Questões familiares e de gênero, são centrais para que se compreenda o funcionamento das guerras entre as facções. É preciso lançar um olhar mais infinitesimal sobre tais questões constitutivas da ação conjunta nesses universos socioculturais, evitando assim as etiquetas mais comuns desses coletivos como fazendo parte de "facções criminosas", tal como definidas pelo senso comum midiático. O uso da noção de irmandade para alçar de modo performativo a condição de uma rede criminal de parceiros a um novo patamar de funcionamento não foi uma invenção isolada do PCC. É um procedimento difuso nos mundos do crime. O PCC desenvolveu uma alta sensibilidade com essas demandas das pessoas das camadas populares, das quebradas, em seus desejos de paz e estabilização das guerras entre os moradores das favelas. Os usos das metáforas do parentesco e das relações interpessoais como fontes de problemas e de soluções para a vida coletiva reforça a ideia de que amizade, parente e conhecidos são da mais alta importância nos mundos do crime como mundos socioculturais, mesmo os marcados por altos investimentos em procedimentos de racionalização num sentido instrumental e estratégico.

A imagem corrente de que “o crime está em guerra” por toda a parte e de que se trata de uma “guerra de facções”, por sua vez, baseada no crescente recurso à violência extrema contra os inimigos se espalhou por todo o país nos dois últimos anos. Tornou-se uma imagem midiática reiteradamente mobilizada por usuários interessados em aprender com quais procedimentos cognitivos se faz a relação do crime com a polícia e com os moradores das periferias em meio a essa guerra.⁶ São as imagens de violência na esfera pública que requerem dos analistas, como discute Carly Machado (2015), sugerindo uma sensibilidade de pesquisa orientada pela perspectiva da antropologia da mídia (MACHADO, 2017) no trato dessas imagens de sofrimento e violência que são produzidas e que circulam pelos meios e como mediações, sendo apropriadas de diversos modos diferentes. Os ataques a prédios públicos, ônibus incendiados, rebeliões sangrentas nos presídios, chacinas, massacres, torturas e execuções, tudo isso virou imagem, imagem em movimento. Em cada quebrada, a rapaziada em torno do celular se

⁶ A imagem de uma explosão de violência se tornou frequente, <https://www.valor.com.br/brasil/5424721/explosao-de-violencia-muda-vida-dos-cearenses>, acessado em 20 de setembro de 2018. Ou a imagem de uma onda de violência, <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/08/01/interna-brasil,698668/faccoes-criminosas-espalham-onda-de-violencia-no-ceara-e-em-roraima.shtml>, acessado em 20 de setembro de 2018.

comunicava diretamente com parentes, amigos ou irmãos presos, dando as notícias a partir do “sistema”. Grupos de WhatsApp de bairros populares, com a participação de milhares de pessoas, moradores das periferias, fazem circular os vídeos, as fotografias, os salves e tudo o mais em termos informacionais, portanto, interpretativos, que localiza a relação das pessoas, dos lugares e das coisas com a guerra entre as facções. As decapitações, então, se tornam o evento de maior apelo emocional nesse circuito da opinião pública popular digital. O celular se torna tão central e ao mesmo tempo problemático que integrantes de facções inimigas começam a tomar à força os celulares das moças e das mulheres com quem convivem em suas quebradas para averiguar se elas mantêm conversas de leva e traz com os inimigos. Quando são consideradas culpadas de traição, elas são igualmente torturadas e decapitadas. Os vídeos circulam com as cenas de horror.

De outubro de 2016 até o presente, são inúmeras as manchetes de jornal que reportam o fim violento da paz que refletia uma aliança nacional ou, nos últimos tempos, uma “guerra fria” entre o Comando Vermelho - CV, do Rio de Janeiro, com o Primeiro Comando da Capital - PCC, de São Paulo, o que gerou implicações em praticamente todas as “quebradas” das periferias no Brasil, no interior e nas capitais. Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias (2018) fazem, de modo claro e absorvente, o relato dessa passagem de uma guerra fria para uma guerra aberta na perspectiva da ascensão do PCC e sua ampla rede de relações, o que inclui amigos e inimigos. Como descrevem os autores, uma rede que havia sido “costurada” na década de 1980 entre CV e PCC se esgarçou até romper. Com muito acuidade e referência aos fatos em perspectiva cronológica, mostram que o que ficou evidente entre outubro e dezembro de 2016, sem esquecer de janeiro de 2017, a ruptura violenta da aliança entre as duas maiores facções criminais do país, já estava em andamento desde meados daquele ano, sem falar nos antecedentes das tensões que marcavam as relações entre as duas facções desde 2014 pelo crescente movimento de filiação dentro dos presídios em torno da disputa de uma mercado nacional e continental de drogas ilícitas.

A atuação de facções criminais no Ceará ganhou destaque em veículos de comunicação nacionais nos últimos dois anos (2016-2018). De início, as notícias giraram em torno do processo de “pacificação” das periferias da grande Fortaleza, devido a acordos nacionais entre PCC e CV. Após o fim da chamada pacificação, o que também envolveu quebras de acordos no âmbito nacional entre as duas facções, o

espaço das periferias da metrópole passa a ser o palco de uma das mais extremadas lutas armadas do país. Tanto nas ruas como nas prisões, os eventos passam a contar com casos de violência extrema (de decapitações de inimigos a ataques orquestrados contra prédios públicos e coletivos de transporte público).

Embora fosse sistematicamente negada pelo governo do estado, a presença destes coletivos no Ceará, no primeiro semestre de 2016 foi amplamente ‘noticiada as celebrações de paz entre Comando Vermelho e o PCC nas periferias de Fortaleza e Sobral. Entre julho e outubro de 2016, tensões e rebeliões nos presídios do país sinalizam para uma nova configuração. Os efeitos das guerras entre PCC e CV vão ser de certo modo radicalizados no modo como a quebra dos acordos da pacificação será experienciada a partir de 2017.

Ainda em 2017, ataques do GDE ao transporte e a prédios públicos pararam escolas e comércios em Fortaleza. No início de 2018, a GDE ganha destaque por ter empreendido uma chacina que resultou em 24 mortos. Os meios de comunicação de massa e a Polícia apontam para uma guerra, envolvendo quatro facções criminais na cidade, sendo que o Comando Vermelho e a Família do Norte estariam aliados contra o Primeiro Comando da Capital e a Guardiões do Estado.

Entrevistas que realizamos com delegados de Polícia e agentes da Polícia federal no Ceará indicam que na década atual Fortaleza constitui um importante dentro de distribuição de drogas para outros estados do Brasil e para países do atlântico. O interesse das facções criminais pelo estado do Ceará decorreria da intensificação do policiamento e da vigilância na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina. As dificuldades de introduzir a droga no território nacional pelo sul do país teria levado traficantes a buscar novas pontos de fronteira para a entrada e distribuição de cocaína no país. Neste contexto, Bolívia e Colômbia se tornaram importantes fornecedores, e a droga passou a entrar no Brasil por estados da região Norte, sobretudo pela via fluvial, de onde partia para o Nordeste com destino à países do atlântico. A facção família do Norte teria sido a pioneira nesta rota, recebendo a droga e transportando-a para o nordeste e outras regiões do país em parceria com o Comando Vermelho. Posteriormente, o PCC também teria passado a utilizar também essa rota, resultando em competição e confrontos com a facção Família do Norte. As tensões e os desentendimentos entre as facções teriam se agravado quando o PCC assassinou Jorge Rafaat, brasileiro residente no Paraguai, fornecedor de armas para o Comando Vermelho e a Família do Norte.

Não demorou muito para a FDN declarar guerra ao PCC e seus ataques se fizeram sentir no início de 2017 em diversas prisões do Brasil, sobretudo nas capitais Manaus e Natal, resultando em centenas de mortes. Essas tensões já estavam presentes nos presídios no período anterior às chacinas de Roraima e Rondônia, em outubro de 2016. Contudo, em 2017, o conflito se tornou aberto e extremo.

No contexto local, essa guerra nacional entre as aliadas FDN e CV, não foi travada nas prisões, mas em toda a cidade. Embora a presença das facções seja mais forte nas periferias de Fortaleza, estes coletivos criminais atuam em toda a cidade. Mesmo em bairros como Praia de Iracema e Meireles, habitado pelas classes médias e altas da cidade, há enclaves de favelas onde é intenso o tráfico de drogas. Os primeiros passos da guerra de facções na cidade, segundo integrantes do GDE com quem realizamos entrevistas, teria sido dado pelo Comando Vermelho. Ao invés de atacar regiões de domínio do PCC, a facção oriunda do Rio de Janeiro tratou de tomar bairros onde não havia ainda presença de facções ou de domínio dos guardiões do Estado, considerada fraca pelo CV. Esta facção cearense, cujo contexto de origem não é consensual entre seus membros, alguns localizam seu surgimento no ano de 2006 a partir de um jogo de torcidas organizadas no conjunto Palmeiras, outros consideram seu surgimento os anos de 2012.

Ainda no primeiro semestre de 2017, o PCC teria reunido os membros atacados do GDE, lideranças desta prisão e traficantes sem facções atacados pelo comando vermelho. Segundo declarações de dois dos nossos interlocutores, membros da facção GDE, a aproximação deste coletivo com o PCC teria sido dada no início de 2016. No primeiro semestre de 2016, o PCC se empenhou fortemente na paz entre as facções no Ceará, incomodado com os recorrentes aumentos estatísticos de homicídios no estado e sua repercussão nos meios de comunicação, membros desta facção, incluindo o irmão de Marcola, vieram ao Ceará para realizar acordos. A GDE, que se afirmou como facção local formada exclusivamente por praticantes de crimes naturais ou residentes no Ceará, desde seus primórdios antipatiza com membros de facções de outros estados, no entanto as negociações que resultaram na paz em Fortaleza e outras cidades do Ceará, teriam aproximado esta facção do PCC. Com a guerra do CV e FDN contra o PCC e o posterior ataque do CV contra integrantes do GDE, a aproximação se transformou em aliança. E com o apoio do PCC o GDE tem realizado contínuos ataques ao Comando Vermelho e tem se expandido no estado do Ceará.

Entre facções políticas e facções criminais

Sá, Silva Neto e Sales (2018) fizeram uma interpretação do modo como os políticos profissionais cearenses, notadamente, Ciro Gomes e Capitão Wagner, travaram uma batalha pública discursiva em torno do problema das facções no Ceará. A partir desse texto, pode-se aventar que as análises podem ser continuadas, pois, no dia 22 de agosto de 2018, uma reportagem do jornal **O Povo**, intitulada *A interferência das facções no processo eleitoral*, relata que, durante uma investigação sobre o “crime organizado”, um depoimento sigiloso de um membro preso ligado a uma facção teria sido prestado ao Ministério Público do Ceará - MPCE, revelando que as “facções criminosas”, principalmente o Comando Vermelho - CV, estariam financiando campanhas eleitorais de candidatos. Ademais, uma circular do CV teria sido entregue ao MPCE, atestando que integrantes da facção estavam orientando a população a não votar em determinados candidatos, proibindo-lhes acesso às “quebradas” das periferias. O procurador responsável pelo assunto disse à reportagem que "o que mais preocupou foi perceber que essa organização, no âmbito da criminalidade, começa a ter contornos eleitorais". A “Família CV CE”, que assinava a circular, expressa no documento uma posição de sugerir o não voto em candidatos que apoiam a ditadura, a tortura e a invasão das casas das pessoas pela polícia.⁷

A imprensa nacional e internacional repercute as notícias logo em seguida às reportagens dos principais jornais cearenses. No dia 26 de agosto de 2018, o jornal **El País**, publica reportagem com o título: “o movimento do Comando Vermelho para interferir na campanha eleitoral no Ceará”. No dia 27 de agosto de 2018, o jornal Folha de São Paulo reporta que a “violência com a guerra das facções vira tema central das eleições no Ceará”.⁸

A circular do CV havida citado diretamente as candidaturas de policiais ligados ao Capitão Wagner, que é deputado estadual pelo Partido Republicano da Ordem Social - PROS e, principal, aliado de Tasso Jereissati, articulador da campanha de Bolsonaro no Ceará, adversário da família Ferreira Gomes e de Camilo Santana, governador do Ceará pelo Partido dos Trabalhadores – PT. A circular afirmava: “Circular informativa

⁷<https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/08/a-interferencia-das-faccoes-criminosas-no-processo-eleitoral.html>, acessado em 15 de setembro de 2018.

⁸<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/violencia-com-guerra-de-faccoes-vira-tema-central-das-eleicoes-no-ceara.shtml?loggedpaywall>, acessado em 15 de setembro de 2018.

do CV-CE. Viemos por meio desta comunicar que todas as nossas comunidades não venham a aceitar campanha política do partido chamado PROS”.

Capitão Wagner declarou da tribuna na Assembleia Legislativa em tom de indignação, segundo nota do jornal Diário do Nordeste em 4 de setembro de 2018:

“Em que ponto nós chegamos no Estado? Onde as facções dizem que quem votar nos candidatos do PROS, quem colocar adesivos na porta da sua casa, no seu carro, vai ser vítima, porque a facção não permite votar em candidatos do PROS. Estão proibindo as pessoas de exercerem o direito democrático. Se não fizer acordo com o dono da boca não tem como entrar na comunidade dominada por ele” (Capitão Wagner).

⁹“Interferência de facções nas eleições no Ceará desafia autoridades” é o título de uma reportagem do jornal **O Povo**, publicada na edição do dia 12 de setembro de 2018.

Logo no início do texto, fez-se uma conexão empírica entre os protestos políticos de 2013 e o processo de conquista violenta dos mercados de drogas ilícitas voltado para os grandes eventos futebolísticos na Arena Castelão. Logo acima, também, relatou-se o modo como as políticas do crime são percebidas pelo poder público do Estado como promovendo “interferências” no jogo político eleitoral estatal, o que leva a uma série de disputas entre facções políticas a respeito da aproximação ou distanciamento de alguns segmentos do campo político face aos agentes políticos do crime (das facções nacionalmente expandidas do CV e do PCC, sobretudo).

A década de 1950 foi decisiva para a configuração de uma nova relação campo-cidade no Brasil, incluindo o destino da vida no sertão nesse quadro amplo de mudanças sociais (FERNANDES, 2008). Do ponto de vista das mudanças sociais que afetaram o Nordeste brasileiro, é importante lembrar que, antes de 1950, desde fins do século XIX, ocorreu um longo e “lento processo de marginalização política da região” (PALMEIRA, 2006, p.53), que resultou na “lenta decomposição de um sistema social fundado sobre o latifúndio, o trabalho escravo e a monocultura de exportação e tendo a família de tipo patriarcal como instituição central” (p.53). De 1870 a 1950, as relações sociais nordestinas foram profundamente marcadas pelo “banditismo político”, do ponto de vista das classes dominantes, formadas por grandes proprietários em decadência econômica e política, quanto do banditismo popular, que fazia da experiência dos sertões uma experiência de receios e insegurança. Uma violência difusa, não centralizada, como argumenta Moacir Palmeira nesse texto seminal publicado em 1966

⁹<http://blogs.diariodonordeste.com.br/edisonilva/proibicao/capitao-wagner-relata-envolvimento-de-faccoes-criminosas-nas-eleicoes/>, acessado em 15 de setembro de 2018.

sobre violência e política no Nordeste, participava do processo de constituição de uma distribuição desigual do poder. As lutas entre as famílias senhoriais nordestinas geravam um cenário de guerras, rebeliões populares e uso de violência movida pela guerra das facções e dos seus interesses locais, ameaçando os já frágeis pactos oligárquicos de dissolução. Situação que afetava a vida de toda a população das classes dominadas atrelada aos circuitos de dependência do coronelismo.¹⁰

Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que, de 1950 a 1980, a problemática dos regimes de violência e da criminalidade no Nordeste brasileiro esteve associada publicamente aos dilemas da “multiplicidade das vias de transformação no campo”, principalmente, ao problema da circulação das pessoas na conexão campo-cidade (PALMEIRA; GARCIA Jr., 2001, p.56-57). Portanto, compreender as dinâmicas das práticas de violência e do crime, e as mudanças dos regimes de governo e de punição de tais questões, em sentido amplo, passaria pelos estudos sociológicos e antropológicos sobre as mudanças sociais que afetaram a vida de trabalhadores rurais e urbanos nordestinos, principalmente, a partir de 1970, o que implicou deslocamentos em diversas dimensões simbólicas dos processos de reprodução da subordinação (LOPES et al., 1979).

Afinal, num contexto amplo, a pauperização de contingentes populacionais do mundo rural gerou a reativação de formas de dependência conectadas à busca por proteção daqueles segmentos em situação de forte privação social e simbólica, incluindo, como apontam Palmeira e García Jr (2001), os “bandos armados ligados ao tráfico de drogas” (p.66), atuando no mesmo contexto das redes de clientelismo político e das organizações religiosas, como três possíveis universos de “proteção abrangente”, conectados à elaboração de mecanismos sociológicos de construção da lealdade social ao patrão, entre conflitos e mediações consideráveis, envolvendo também os agentes do Estado (ALMEIDA, 1993).¹¹ Aliás, como pontua Sergio Adorno (1998), “o Estado

¹⁰Como deixa entrever Moacir Palmeira em uma entrevista concedida a José Sérgio Leite Lopes, a conexão entre “o retorno de migrantes nordestinos para os seus locais de origem”, que era uma pesquisa de Fernando Bastos de Ávida, impeliu que o grupo de estudantes da Escola de Sociologia e Política da PUC-RJ, formado por Sérgio Lemos, Otávio Velho, Machado da Silva, Francisco Paiva Chaves e por Moacir Palmeira, realizasse trabalho de campo pelo interior de Alagoas. Após esse trabalho de campo, Moacir Palmeira escreveu uma monografia intitulada “Banditismo político e estrutura social”, discutindo o Nordeste a partir do caso de Alagoas, onde “a violência política a serviço de chefes políticos era regra” (LOPES, 2013, p.439).

¹¹No contexto mais recente, ligado à expansão nacional das facções, essa relação entre reativação de dependência, proteção e lealdade aparecerá com nova linguagem e novas visões

aparece como incapaz de cuidar da segurança dos cidadãos e de proteger seus bens, materiais e simbólicos” (p.32).

Estamos de acordo com Gabriel Feltran (2018), quando ele propõe ser, sociologicamente relevante, compreender o antes do PCC em termos de migração de nordestinos pobres em relação com a produção social das periferias de São Paulo. O modo como a ocupação das periferias entre 1950 e 1980 influenciou as configurações de violência criminal dos anos 1980 e 1990. Uma ligação que não é direta, mas envolve uma análise estrutural dessa mudança social que passa pelo modo concreto com as famílias de nordestinos se defrontaram com as realidades de exclusões relacionais nesse processo histórico.

Ocorre que para fazer um contraponto, que é complementar, buscamos entender o movimento inverso, sob a influência de Moacir Palmeira já referida acima, de que o retorno dos migrantes nordestinos para sua região de origem, após a experiência de vida no Sudeste, é algo decisivo, o que inclui mais recentemente as migrações propriamente de alguns indivíduos das redes criminais do PCC e do CV de origem nordestina a partir de 2010.

No Ceará, durante quarenta anos, as práticas de violência estiveram fortemente ligadas aos conflitos sociais entre proprietários, moradores, trabalhadores rurais, vaqueiros, comerciantes, bandidos, policiais, pistoleiros, dentre outros personagens da vida sertaneja dos homens no campo. Isso incluía as constantes rixas interpessoais entre homens do “povo” ou entre grandes proprietários, os primeiros fazendo, predominantemente, uso de armas brancas e, os segundos, detendo certo privilégio senhorial no domínio das armas de fogo. As populações rurais andavam armadas, sendo o revólver reservado a um público mais restrito, o de homens das classes superiores ou a eles diretamente subordinados como gerentes e outros intermediários de poder social. As formas e os espaços da socialidade masculina (feiras, bares, pensões, festas, vaquejadas, rua) eram espaços de socialidade armada. Não era incomum que um “major”, um médio proprietário ligado por laços de lealdade a grandes proprietários, andasse com arma de fogo no cós da calça, bem como seus trabalhadores e moradores andavam com peixeiras ou punhas também visíveis no cós. Isso no interior do Estado. Na capital, Fortaleza, havia um maior controle dessas práticas por parte da polícia. Os indivíduos armados tendiam a ser mais discretos. Usavam capangas de couro para

no debate etnográfico sobre ética, moral e “política do crime”, como relatam Aquino e Hirata (2017).

carregar seus revólveres ou escondiam as facas de modo engenhoso dentro das vestimentas de baixo. A questão da virilidade se torna uma dimensão central para o funcionamento das rivalidades entre homens e grupos de homens, devido aos modos de assujeitamento dos indivíduos com que opera, incluindo aí a formação das gangues armadas de todos os tipos, como discute Sergio Adorno (1998).

No campo e na cidade, o porte de arma era símbolo naturalizado da masculinidade. A arma era intocável. Era uma parte do corpo. Uma arma incorporada. Os meninos e os rapazes aprendiam pelo exemplo, pelo convívio e pelas narrativas de valentia a se tornar armados, como eram seus pais, tios, irmãos e primos. As armas eram da família. Armas inseridas numa mesma rede familiar. Os homens julgavam-se entre si pela força armada e pela fama de destemor dos homens de cada família. Era de grande relevância possuir homens de reputação guerreira entre os seus, isso gerava sentimentos de ser respeitado, de ser temido e considerado, ao mesmo tempo.

As armas eram vendidas e compradas, contudo, seguiam uma lógica semelhante à venda de cavalos e gado. Nas trocas, elas carregavam os nomes e as reputações de seus ex-donos. Era uma arma localizável na rede de relações sociais. A arma tinha uma história. Havia um controle social informal sobre as armas manchadas de sangue. Nas regiões do interior, havia uma quantidade enorme de fabriquetas de armeiros. Em tempos mais recentes, conseguiram alguns deles, de modo engenhoso, até a produzir versões artesanais bem eficientes da famosa AR-15. Os homens cuidam das armas como cuidam do gado, das motos, dos automóveis, até certo ponto, pois o cuidado com armas vai além, é similar ao cuidado que eles têm com suas mulheres. Posse de mulheres, armas, cavalos, gado, dinheiro e também da terra faziam parte do mesmo circuito de afirmação da honra masculina.

A relação entre lutas faccionais e violência armada é, portanto, muito antiga no Nordeste brasileiro, o que não quer dizer que o novo quadro de “facções criminosas” no contexto das disputas criminais possa ser explicado causalmente por tais antecedentes. Não se trata disso. De gerar uma continuidade não problemática entre os dois momentos. Mas se trata de enfatizar que há uma série de práticas que se inserem nesses jogos sociais de continuidade e descontinuidade. Não se pode ignorar os paralelos entre uma forma de experiência sociohistórica que se organizou em torno das lutas entre facções no tempo da política, formando uma geografia social específica das formas e espaços da sociabilidade, envolvendo a triangulação entre casa, polícia e trabalho na vida cotidiana das pequenas cidades do interior tal como analisaram Moacir Palmeira e

Beatriz Heredia (1993) e o que ocorre hoje com a interferência das facções criminosas no processo eleitoral, selecionando previamente quem são os candidatos que possuem permissão para adentrar nas áreas das periferias faccionadas pelo mando do crime. Afinal, no tempo da política nas pequenas cidades do interior nordestino, os lugares públicos, como observaram os autores, são espacializados segundo as lutas entre as facções políticas, gerando uma segregação espacial muito específica com suas hierarquias, suas promessas e suas acusações. É toda uma gestão das proximidades e distâncias sociais que é construída nesse processo de que cria uma ordem dentro da disputa (PALMEIRA; HEREDIA, 1993, p. 86). Se as facções criminais de hoje começam a investir em candidaturas próprias para vereança em vários municípios dos sertões do Ceará, por exemplo, pode-se perceber que o próprio campo empírico está gerando essa conversão entre facções políticas e facções criminais, possibilitando que uma antropologia do crime dialogue com uma antropologia da política.

De certo modo, como analisou César Barreira (1998), o sistema da pistolagem era o elemento definidor dessa configuração da violência campo-cidade nas décadas de 1970-1980. Inclusive, foi a mudança do campo para a cidade, ou seja, com a migração do sistema da pistolagem para o funcionamento dos conflitos urbanos que se iniciou uma nova etapa da vida social no que tange ao problema da segurança pública.¹² Já na década de 1990, principalmente, depois do Massacre do Carandiru, houve uma multiplicação de "ganges", "galeras" e outros coletivos nas periferias de Fortaleza, o que foi relatado por Glória Diógenes, que mapeou mais de 300 coletivos dessa natureza pelos fins da década. Como relata César Barreira (2013), “no interior desta simbiose entre arma, droga ilícita e resolução violenta de conflitos interpessoais, os massacres constantes nas grandes cidades tomam um lugar alarmante, alvo de desmedida preocupação” (p.228).

De certo modo, os conflitos urbanos do Sudeste, principalmente, de Rio e de São Paulo, estavam já influenciando fortemente o que se passava no restante do país. Na década de 1990, já se fazia o manejo das siglas, das marcas, das facções do sudeste no contexto do nordeste. A marca C.V., por exemplo, já aparecia nas “pixações” ou “pixos” da cidade que apontavam alinhamentos reais ou imaginários com o crime vigente no Rio, como mostrou o trabalho de Glória Diógenes (1998). Para compreender o que se passou depois dos anos 1990 e antes de 2013, os trabalhos de Mattos Júnior

¹²Para uma visão das políticas de segurança pública no Ceará de fins de 1980 ao início dos anos 2000, consultar o artigo de César Barreira (2004).

(2008), Camila Holanda (2004), Luiz Fábio Paiva (2014), Leonardo Sá (2010), ajudam a entender esse período intermediário. Já o trabalho de Pires (2018) atualiza sobre como as quebradas se comportam já no contexto das guerras das facções com materiais etnográficos muito ricos para entender as relações de poder entre padrões de fora e criminosos nativos.

Por outro lado, as tentativas concretas de que temos notícia de integrantes do crime do Rio de adentrar na lógica faccional das favelas fortalezenses esbarraram em forte resistência local. Inclusive, identificamos, posteriormente, na criação mais recente da facção GDE, Guardiões do Estado, um tipo de resistência semelhante. Uma espécie de nativismo criminal.

Nos anos de 2014-15, havia uma percepção de moradores das favelas que a guerra entre criminosos tinha se tornado uma guerra generalizada. Teria fugido do controle. Não é a primeira vez que isso ocorre. Em 2006-2007, houve algo parecido. Mas desta vez, a consequência foi outra. De uma guerra generalizada passou-se a uma situação de pacificação entre janeiro e agosto de 2016, que, aos poucos, no caso do Ceará, foi se tornando uma das guerras mais violentas jamais vistas entre CV e GDE, nos anos 2017-2018, com participações de aliados do PCC e do FDN. Esta última aliada com o CV e contra o PCC, que se aproxima do GDE.

Os anos que antecederam o celebrado mês de janeiro de 2016, com a pacificação, foram de muita tensão também nas relações entre policiais, de um lado, e as intensas guerras faccionais, de outro. Como analisou Ricardo Cavalcante, em muitas situações, houve um estímulo à guerra por parte de alguns segmentos policiais que adotaram a estratégia de fazer as facções se matarem entre si. Para isso, faziam de tudo para atizar desconfianças mútuas entre as facções. A ideia de que integrantes de um lado e de outro estão sendo informantes e colaborando com a polícia é um verdadeiro pavio curto para tais dinâmicas marcadas por paranoia generalizada de todos os lados. Não foi de um dia para a noite que os criminosos perceberam que estava caindo em diversas armadilhas mortais entre si provocadas por informações plantadas por policiais ou por leituras precipitadas de supostas traições e deslealdades.

Considerações finais

Como dissemos, este texto se centrou na ideia de que as formas da socialidade armada dos coletivos criminais locais no contexto regional das guerras de facções nos Estados do Nordeste do Brasil a partir de um detalhamento do caso cearense podem

contribuir, etnograficamente, para compreender o problema da masculinidade guerreira nas dinâmicas do crime.

Gregory Bateson foi um dos primeiros antropólogos a propor um conceito inovador de masculinidade para lidar com um universo etnográfico circunscrito, o dos Iatmul da Nova Guiné, mas que resultou em uma ferramenta mais ampla para a discussão da masculinidade em geral, que seria retrabalhada algum tempo depois por outra antropóloga, Marilyn Strathern, na perspectiva dos estudos de gênero (cf. LIPSET, 2009). Seguindo a leitura de Lipset, o ethos masculino era pensado por Bateson como um processo de sentimentos intensos que “podiam dar lugar, ou não, a rivalidades igualitárias, a tensões e conflitos entre os homens” (p.62). A masculinidade não era fixa, nem estável, estava envolvida numa construção lábil que envolvia “relações múltiplas e gêneros duais” (p.63). Ocorre que nisso, nessa construção, a masculinidade tendia para beligerância, combatividade e caráter aguerrido dos homens na vida cotidiana. A construção da identidade de gênero masculina seria voltada para o corpo do homem em ação. E, neste ponto, Lipset argumenta que Strathern amplia a noção de masculinidade que havia sido elaborada pelo seu predecessor na disciplina. A masculinidade seria condicional e não intrínseca, diz ele. Seria possível pensar como as relações de gênero integram o modo como uma coletividade masculina se faz numa corporificação individual. Uma singularização do plural. Os homens, como pessoas fractais, fariam a guerra para se tornarem homens. Caçadores de cabeças, misoginia, androginia e outras imagens de gênero operadas em suas próprias contradições internas (cf. BATESON, 2008; STRATHERN, 2006), vão abrir muitas de nossas reflexões sobre essas questões que fazem os regimes de violência, as socialidades guerreiras e as relações de poder, como relações de gênero, variarem em torno da produção social do tipo de virilidade que se firma como uma persistente disposição para matar ou morrer em contextos de luta simbólica expressiva e autoexpressiva de pessoas e coletivos antropológicos classificados como criminais pela lógica do Estado, a lógica que produz o crime, tanto na forma favela do Estado quanto na forma estado da favela (SÁ, 2013), pois “a favela não é uma comunidade isolada” (SILVA, 2011b, p.699).

O trabalho buscou ser um primeiro esforço para entender um fenômeno recente, a guerra das facções no Ceará, de facções que se autoneameiam como pertencentes ao PCC, CV, GDE e FDN, que possuem capilaridade nacional e atuação internacional nas dinâmicas criminais contemporâneas. Desde o início, percebe-se que o esforço etnográfico envolve um complexo jogo de escalas que envolve planos locais, regionais,

nacionais e internacionais. Contudo, parte-se da ideia de que a conexão local é decisiva para a construção da amplitude e extensividade de quaisquer redes. De um ponto de vista teórico, insere-se na perspectiva da antropologia do crime e da violência. O texto analisa uma sucessão de ocorrências violentas no contexto de conflitos armados entre coletivos criminais nas periferias de Fortaleza, de 2013 a 2018, que envolve quatro redes prisionais-criminais mais abrangentes (PCC, CV, FDN, GDE).

A "guerra das facções", com uso de violência extrema entre 2017 e 2018, é relatado pela imbricação de fluxos que envolvem conexões locais intensivas de processos mais extensivos. Informações de campo sobre a presença de facções criminais nacionais nas décadas de 1980 e 1990 em Fortaleza serão úteis para o quadro. Contudo, a especificidade da proposta esteve centrada no surgimento de uma facção local, automeada "Guardiães do Estado" (GDE), que trouxe nova dinâmica à situação do confronto PCC-CV. As práticas da GDE se assemelham aos modos de agir das gangues juvenis, mas não podem ser simplesmente a elas equiparadas, atuantes nas periferias desde 1990. Percebemos que não há um esquema evolutivo linear que vai das gangues para as grandes facções. Há uma série de justaposições, superposições e simultaneidades que precisam ser melhor exploradas. Nem o PCC engloba tudo, imaginem o GDE, que é bem menor e bem mais local.

O texto analisou a chamada guerra das facções criminais em curso no Ceará e a atuação destes coletivos no Ceará, destacando a singularidade da facção criminal GDE e a relevância da guerra em dinâmica de funcionamento. Argumentamos que, mesmo não tendo a maior quantidade de membros, nem movimentando elevadas somas, a GDE tem imposto sua "socialidade armada" às outras facções atuantes na cidade, caracterizada pela disposição viril de matar e morrer dos seus jovens integrantes. Nossa pesquisa se baseia em interlocuções de campo, reportagens publicadas nos principais periódicos em circulação no Ceará, blogs e perfis de redes sociais. Além da pesquisa empírica realizada nos últimos meses, construímos nossas hipóteses e análises com base em pesquisas que realizamos anteriormente abordando gangues, comandos, facções, antes de 2013(SÁ, 2010) atuantes na periferia de Fortaleza e assaltos contra instituições financeiras(AQUINO, 2011), alguns destes organizados pelo PCC.

A socialidade armada e a disposição virial para matar ou morrer mobilizadas como central pelo GDE mudou a configuração dos conflitos que envolviam PCC e CV como inimigos. A lógica da guerra e a negocial sofreram inflexões consideráveis. GDE

forçou a uma nova atitude. Um novo modo de agir se apoderou das "quebradas" da cidade. É a chave de leitura que trouxemos, mas é ainda o início da discussão. Este texto pretendeu ser o pontapé inicial de uma pesquisa que possa dar conta de um universo etnográfico em transformação, com desafios para a antropologia do crime, sem esquecer de uma ancoragem na sociologia histórica das mudanças de regimes de violência desde 1950.

Referências

ADORNO, Sergio, Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. **Tempo Social**, Revista Sociologia USP, São Paulo, 10(1): 19-47, maio de 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conflito e Mediação**: Os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. 463p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) -Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

AQUINO, Jania P.D. **Príncipes e castelos de areia**: um estudo da performance nos grandes roubos. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2010.

AQUINO, Jania P.D. **Mundo do crime e racionalidade**: os assaltos contra instituições financeiras. Fortaleza: PPGS, UFC, 2004. [Dissertação de Mestrado].

AQUINO, Jania P.D.; HIRATA, Daniel. Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. **BIB**, São Paulo, n.84m 2/2017 (publicada em abril de 2018), pp.107-147, 2017.

AQUINO, Jania P.D.; SÁ, Leonardo. "Consideração" e "competência" entre assaltantes: etnografias da sociabilidade armada. In: BARREIRA, C.; SÁ, L.; AQUINO, J. **Violência, ilegalismos e lugares morais**. Campinas: Pontes, 2014.

BARBOSA, Antonio Rafael. Les études sur la violence et la criminalité au Brésil et les processus de "pacification" dans deux métropoles brésiliennes. In: AGIER, Michel; FRÚGOLI JR., Heitor (orgs). **Brésil(s): sciences humaines et sociales – Dossier: ce que l'anthropologie dit au Brésil: terrains et théories**. v. 9, 2016.

BARBOSA, Antonio Rafael. "Grade de ferro? Corrente de outro!": circulação e relações no meio prisional. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.25, n.1, p.1-7-129, 2013.

BARBOSA, Antonio Rafael. Considerações introdutórias sobre territorialidade e mercado na conformação das Unidades de Polícia Pacificadora. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v.6, n.2, p.256-265, agosto/setembro, 2012.

BARBOSA, Antonio Rafael. As armas do crime: reflexões sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Civitas**, v.1, n.2, pp. 165-180, 2001a.

BARBOSA, Antonio Rafael. Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **ALCEU**, v.2, n.3, p.166-179, julho/dezembro, 2001b.

BARBOSA, Antonio Rafael. Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EDUFF, 1998.

BARREIRA, César. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 01, p.219-242, janeiro/julho, 2013.

BARREIRA, César. **Cotidiano despedaçado**: cenas de uma violência difusa. Fortaleza: UFC; Campinas: Pontes, 2008.

BARREIRA, César. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. **São Paulo em Perspectiva**, 18(1), p.77-86, 2004.

BARREIRA, César. **Crimes por encomenda**: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BARREIRA, César; SÁ, Leonardo; AQUINO, Jania P.D. **Violência, ilegalismos e lugares morais**. Campinas: Pontes, 2014.

BARREIRA, César; SÁ, Leonardo; AQUINO, Jania P.D.. Violência e dilemas civilizatórios: as práticas de punição e extermínio. Campinas: Pontes, 2012.

BARREIRA, Irllys. Pulsações no coração da cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos. **Caderno CRH**, Salvador, v.23, n.59, p.255-266, Maio/agosto, 2010.

BARREIRA, Irllys; LIMA, Geísa. Subversões do olhar: evidências temporais de uma microssociologia dos espaços urbanos. **Caderno CRH**. Salvador, v.26, n.69, p. 529-244, 2013.

BARROS, João Paulo et al. “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, v.9, n1, p.117-128, 2018.

BARROS, J. P.; BENÍCIO, L. F. S. “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, 8(2), p.34-43, 2017.

BATESON, Gregory. **Naven**: um estudo dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas. São Paulo: Edusp: 2008.

BIONDI, Karina. **Proibido roubar na quebrada**: território, hierarquia e lei no PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

BIONDI, Karina. Junto e misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BIONDI, Karina. Um mundo de “considerações”: alguns apontamentos sobre relações de força no trabalho de campo. In: BARREIRA, César; SÁ, Leonardo; AQUINO, Jania P.D. **Violência e dilemas civilizatórios**: as práticas de punição e extermínio. Campinas: Pontes, 2012.

BIRMAN, Patricia. Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia da Silva Pereira; MACHADO,

C. B.; CARNEIRO, Sandra de Sá (Org.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistência**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. v. 1. 501p.

BIRMAN, Patricia. O poder da fé, o milagre do poder: mediadores evangélicos e deslocamento de fronteiras sociais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n.37, p.133-153, jan./jun., 2012.

BIRMAN, Patricia. Feitiçarias, territórios e resistências marginais. **Mana**, 15(2), p.321-348, 2009.

BIRMAN, Patrícia; FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. **Mana**, 20(3), p.431-460, 2014.

BIRMAN, Patricia; MACHADO, Carly. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [online]. vol. 27, n.80, pp.55-69, 2012.

CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. **Confiança, conhecimento e poder: análise das atividades de inteligência na PM do Ceará**. Fortaleza: PPGS, UFC, 2016. [Tese Doutorado]

DIAS, Camila Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), PPGS, USP, 2011. [Tese de Doutorado].

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip-hop**. São Paulo: Annablume, 1998.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FELTRAN, Gabriel. A gestão da morte nas periferias de São Paulo: um dispositivo entre governo e crime (1992-2011). In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia da Silva Pereira; MACHADO, C. B.; CARNEIRO, Sandra de Sá (Org.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015. v. 1. 501p.

FELTRAN, Gabriel. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v.27, n.72, p.495-512, Setembro/Dezembro, 2014.

FELTRAN, Gabriel. Sobre anjos e irmãos: cinquenta anos de expressão política do 'crime' numa tradução musical das periferias. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n.56, p.43-72, jun., 2013.

FELTRAN, Gabriel. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, n. 2, 2012.

FELTRAN, Gabriel. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH** [online], vol.23, n.58, pp.59-73, 2010.

FELTRAN, Gabriel. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH** [online]. vol. 27, n.72, pp. 495-512, 2014.

GRILLO, Carolina. **Coisas da Vida no Crime**: Tráfico e roubo em favelas cariocas. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCC), PPGSA, UFRJ, 2013. [Tese de Doutorado].

GRILLO, Carolina. O ‘morro’ e a ‘pista’: um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. **Dilemas**, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v.1, n.1, p.127-148, 2008.

GRILLO, C.; POLICARPO, F.; VERÍSSIMO, M. A ‘dura’ e o ‘desenrolo’: efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro. **Revista Sociol. Política**, Curitiba, n.40, p.135-148, outubro, 2011.

HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina Christoph. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: Perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Tempo social**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 75-98, May, 2017.

HIRATA, Daniel. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, PPGS, USP, 2010. [Tese de Doutorado].

HOLANDA, Camila. **Viúvas de gangues**: o universo interdito da violência urbana juvenil. Fortaleza: PPGS, UFC, 2004. [Dissertação de Mestrado].

LEITE, Márcia Pereira. De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de ‘pacificação’. In: BIRMAN, P.; LEITE, M. P.; MACHADO, C. B.; CARNEIRO, Sandra de Sá (Org.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**: ordens e resistências. Rio de Janeiro: FGV, 2015. v. 1. 501p.

LIPSET, David. O que faz um homem? Relendo Naven e The Gender of the Gift. **Cadernos Pagu** (33), julho-dezembro, 57-81, 2009.

LOPES, José Sergio Leite. Entrevista com Moacir Palmeira. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 435-457, Jan./Jun., 2013.

LOURENÇO, Luiz Cláudio; ALMEIDA, Odilza Lines. “Quem mantém a ordem, quem cria desordem”: gangues prisionais na Bahia. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.25, n.1, p. 37-59, 2013.

MACHADO, Carly. Conexões e rupturas urbanas: projetos, populações e territórios em disputa. **RBCS**, 32, n.93, p.1-21, 2017.

MACHADO, Carly. Morte, perdão e esperança de vida eterna: “ex-bandidos”, policiais, pentecostalismo e criminalidade no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, P.; LEITE, M.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S.S. (orgs.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**: ordens e resistências. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

MACHADO, Carly. Pentecostalismo e o sofrimento do (ex-)bandido: testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias. **Horizontes Antropológicos** (UFRGS. Impresso), v. 20, p. 153-180, 2014.

MACIEL, Mateus Brandão. **Sem violência! Sem violência!** Uma análise das manifestações de rua em Fortaleza em junho de 2013. Fortaleza, Departamento de Ciências Sociais, Graduação em Ciências Sociais, UFC, 2017. [Trabalho de Conclusão de Curso].

MALVASI, Paulo A. Entre a frieza, o cálculo e a ‘vida loka’: violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.20, n.1, p.156-170, 2011.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil.** São Paulo: Todavia, 2018.

MARQUES, Adalton. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. **Etnográfica**, 14(2), p.311-335, junho, 2010.

MATOS JÚNIOR, Clodomir. **Violência, cidadania e medo: vivências urbanas em Fortaleza.** Fortaleza: PPGS, UFC, 2008. [Dissertação de Mestrado].

MISSE, Michel. Violência e teoria social. **Dilemas**, v.9, n.1, p.45-63, jan./abril., 2016.

MISSE, Michel. Sujeição criminal: quando o crime constitui o ser do sujeito. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia da Silva Pereira; MACHADO, C. B.; CARNEIRO, Sandra de Sá (Org.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistência.** Rio de Janeiro: FGV, 2015. v. 1. 501p.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v.19, n.40, p.13-25, outubro, 2011.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, 21(61), p.139-157, 2007.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Contingências da violência em um território estigmatizado.** Campinas: Pontes, 2014.

PALMEIRA, Moacir. Nordeste: violência e política no século XX. **Revista de Ciências Sociais**, v.37, n.1, p.53-62, 2006.

PALMEIRA, Moacir; GARCÍA Jr., Afrânio. “Transformação agrária”. In: SACHS, I; WILHEM, J.; PINHEIRO, P.S. (org.). **Brasil: um século de transformações.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Le temps de la politique. **Études rurales**, juillet-décembre, 131-132: 73-87, 1993.

PIRES, Artur de Freitas. **“A vida no crime é louca”:** As relações criminais em um complexo de favelas. Fortaleza: PPGS, UFC, 2018. [Dissertação de Mestrado].

SÁ, Leonardo; SILVA NETO; SALES, Larissa. Entre frouxos e moleques: disputas morais, socialidade masculina e política de reputação entre políticos cearenses. In: BEZZERA, Marcos O.; COMERFORD, John; PALMEIRA, Moacir (Org.). **Questões e Dimensões da Política.** 1ed. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018, v. 1, p. 30-47.

SÁ, Leonardo. A favela é uma arma: considerações antropológicas sobre campos em fuga. In: BARBOSA, Antonio Rafael; RENOLDI, Brígida; VERÍSSIMO, Marcos (Org.). **(I)legal: etnografias em uma fronteira difusa**. 1ed. Niterói: Editora da UFF, 2013, v. 1, p. 20-45.

SÁ, Leonardo. A condição de bichão da favela e a busca por consideração: Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, p. 339-355, 2011.

SÁ, Leonardo. **Guerra, mundão e consideração**: uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz. Fortaleza: PPGS, UFC, 2010. [Tese de Doutorado].

SILVA, Luiz Antonio Machado da. As UPPs, as favelas e a sociabilidade no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia da Silva Pereira; MACHADO, C. B.; CARNEIRO, Sandra de Sá (Org.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**: ordens e resistência. Rio de Janeiro: FGV, 2015. v. 1. 501p.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. **Etnográfica**, v.15 (1), p. 67-82, 2011a.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. A política na favela. **Dilemas**, v.4, n.4, p.699-716, out/nov/dez, 2011b.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, Salvador, v.23, n.59, p.283-300, Maio/Agosto, 2010.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Sociabilidade violenta**: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, v. 19, n.1, p.53-84, jan./jun., 2004.

SILVA, Luiz Antonio Machado da; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? **Sociedade e Estado**, v.22, n.3, p.545-591, set./dez., 2007.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. “Saindo do crime”: igrejas pentecostais, ONGs e os significados da “ressocialização”. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia da Silva Pereira; MACHADO, C. B.; CARNEIRO, Sandra de Sá (Org.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**: ordens e resistência. Rio de Janeiro: FGV, 2015. v. 1. 501p.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. De “corações de pedra” a “corações de carne”: algumas considerações sobre a conversão de “bandidos” a igrejas evangélicas pentecostais. **Dados**, revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, v. 54, n.3, p.449-478, 2011.

TELLES, Vera. Fronteiras da lei como campo de pesquisa: notas inconclusas a partir de um percurso de pesquisa. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia da Silva Pereira; MACHADO, C. B.; CARNEIRO, Sandra de Sá (Org.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**: ordens e resistência. Rio de Janeiro: FGV, 2015. v. 1. 501p.

TELLES, Vera. Ilegalismos e a cidade. **Novos Estudos**, v.84, p.153-173, julho, 2009.

TELLES, Vera; HIRATA, Daniel. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v.21 (61), p.173-191, 2007.

VIANNA, Adriana. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a ‘espera’ entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia da Silva Pereira; MACHADO, C. B.; CARNEIRO, Sandra de Sá (Org.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistência**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. v. 1. 501p.

VIANNA, Adriana. Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados. In: LIMA, Antonio Carlos de Sousa; GARCIA-ACOSTA, Virginia (org.). **Margens da violência. Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicanos e Brasileiros**. Brasília, ABA, 2014, pp.209-237.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu** (51), 2017.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu** (37), p.79-116, julho/dezembro, 2011.

VIERA, Danielli. **Correndo pelo certo, vivendo no crime: moral, subjetivação e comensurabilidade na experiência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas**. Florianópolis: PPGAS, UFSC, 2014. [Tese de Doutorado].

VIEIRA, Danielli. História sobre homicídios entre jovens: ‘mundo do crime’ e comensurabilidade. **Dilemas**, v.4, n.2, p.281-308, abril/maio/jun., 2011.

ZILLI, Luís Felipe; BEATO FILHO, C. C. . Gangues juvenis, Grupos Armados e estruturação de atividades criminosas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, p. 73-110, 2015.

ZILLI, Luís Felipe. “O bonde tá formado: Gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta”. Belo Horizonte, PPGS, UFMG, 2011. [Tese de Doutorado].